

**Documento Síntese do 2º Ciclo Avaliativo do Perfil das  
Ações de Extensão na UFMG (2017 a 2019)**

**Diretoria de Avaliação e Fomento da Extensão/PROEX**

Profa. Carmen Rosa Giraldo Vergara (Diretora)  
Maria Leonor Amorim Antunes (TAE)  
Natália Fraga Carvalhais Oliveira (TAE)  
Rick Anderson Mário Soares de Pinho (TAE)  
Vanessa Avelar Cappelle Fonseca (TAE)

Belo Horizonte  
Agosto de 2022

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
1) Distribuição das atividades por tipo e caracterização .....	6
2) Vínculo das atividades aos Programas e Projetos .....	8
3) Distribuição das atividades na Unidade e equipe.....	9
4) Vínculo aos Editais de Fomento e políticas públicas.....	12
5) Vínculo das atividades com Ensino e Pesquisa.....	13
6) Distribuição das atividades de extensão por área temática, área do conhecimento e linha de extensão .....	14
7) Parcerias – existência, formas e caracterização dos parceiros .....	15
8) Resultados – público alvo e produtos.....	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	19
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	20

## INTRODUÇÃO

A Diretoria de Fomento e Avaliação da Extensão (DAFE), da Pró-Reitoria de Extensão da UFMG (PROEX/UFMG), desenvolveu, ao longo da gestão 2018-2021, um conjunto de procedimentos de avaliação e monitoramento das atividades de extensão na Universidade. Um desses procedimentos consistiu na continuidade da elaboração de “Perfis das atividades de extensão desenvolvidas na UFMG” referentes aos anos de 2017, 2018 e 2019, com base nos dados registrados no Sistema de Informação da Extensão (SIEX/UFMG). O levantamento e a sistematização desse conjunto de dados configuraram-se no 2º Ciclo Avaliativo das Atividades de Extensão na UFMG.

A elaboração dos perfis avaliativos foi iniciada em 2015, com o objetivo de monitorar as atividades de extensão na Universidade por meio da construção de um relatório descritivo do perfil dessas atividades em cada unidade e da UFMG com um todo. Dessa maneira, as 20 unidades acadêmicas da Universidade, o Hospital das Clínicas e quatro unidades não acadêmicas foram organizados em grupos distribuídos em ciclos trienais, a fim de possibilitar o acompanhamento longitudinal da extensão na UFMG. A distribuição das unidades nos Ciclos Avaliativos das Atividades de Extensão na UFMG se caracterizou da seguinte maneira:

**Quadro 1**  
**Ciclos Avaliativos dos Perfis da Extensão na UFMG**

<b>Unidades da UFMG</b>	<b>1º Ciclo</b>	<b>2º Ciclo</b>
Escola de Engenharia (ENG), Instituto de Ciências Agrárias (ICA), Faculdade de Educação (FaE), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), Faculdade de Direito (DIR), Escola de Belas Artes (EBA), Hospital das Clínicas (HC), Faculdade de Medicina (MED) e Faculdade de Farmácia (FAFAR).	Dados de 2014 Realizado em 2015	Comparativo 2014-2017 Realizado em 2019
Instituto de Geociências (IGC), Escola de Veterinária (VET), Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), Escola de Arquitetura (ARQ), Instituto de Ciências Biológicas (ICB), Faculdade de Odontologia (FAO), Escola de Educação Básica e Profissional (EBAP) e Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB).	Dados de 2015 Realizado em 2016	Comparativo 2015-2018 Realizado em 2020
Instituto de Ciências Exatas (ICEX), Escola de Ciências da Informação (ECI), Faculdade de Letras (FALE), Escola de Música (MUS), Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO), Escola de Enfermagem (ENF), Administração Central e Órgãos Auxiliares e Suplementares <sup>1</sup> .	Dados de 2016 Realizado em 2017  Documento Síntese 1º Ciclo - 2018	Comparativo 2016-2019 Realizado em 2021  Documento Síntese 2º Ciclo - 2022

Fonte: Elaboração própria

<sup>1</sup> No 2º Ciclo Avaliativo, apenas as unidades acadêmicas ou especiais foram avaliadas.

Além das unidades, os relatórios anuais foram compostos pelo perfil descritivo do conjunto dos dados da UFMG, como também a análise comparativa das unidades analisadas a cada ano com o conjunto da Universidade. Os objetivos dos Ciclos Avaliativos das Atividades de Extensão consistiram na elaboração de relatórios que refletissem a caracterização da extensão em cada unidade e da UFMG e na realização de reuniões com algumas unidades para a análise conjunta e discussão dos perfis<sup>2</sup>.

Ao concluir o 1º Ciclo Avaliativo das Atividades de Extensão na UFMG, a DAFE elaborou um documento de caráter analítico englobando algumas reflexões e apontamentos a respeito do conjunto dos dados da extensão na UFMG e suas diferentes unidades. Da mesma forma, no presente documento, atualizamos essas análises para fins de gestão e para a reflexão da comunidade acadêmica da UFMG. A partir da compreensão de que “a avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos” (VASCONCELLOS, 1995, *apud* MENDES, 2005, p. 196)<sup>3</sup>, esperamos contribuir para o debate a respeito da extensão universitária na UFMG.

Por meio deste documento, disponibilizamos uma base comum de dados que pode subsidiar a tomada de decisão ao nível mais geral da política de extensão na UFMG, bem como favorecer a construção de ações para o avanço e a superação de possíveis limites nas práticas locais das atividades desenvolvidas pelos discentes, docentes e técnico-administrativos das diferentes unidades da Universidade. Neste segundo documento síntese, procuramos responder à seguinte questão norteadora: quais as mudanças e permanências nos perfis da extensão na UFMG nos últimos seis anos?

A sistematização deste documento foi organizada a partir dos mesmos subtítulos considerados para a elaboração dos relatórios dos perfis, a saber: distribuição das atividades por tipo e caracterização; vínculo das atividades aos Programas e Projetos; distribuição das atividades na Unidade e equipe; vínculo aos Editais de Fomento e políticas públicas; distribuição das atividades de extensão por área temática, área do conhecimento e linha de extensão; parcerias – existência; formas e caracterização dos

---

<sup>2</sup> Foram realizadas reuniões nas seguintes unidades: Faculdade de Educação, Escola de Engenharia, Hospital das Clínicas, Escola de Arquitetura e Faculdade de Odontologia. Essas reuniões contaram com a presença de integrantes da PROEX, com a direção da unidade e coordenadores do CENEX. Membros da Diretoria de Avaliação Institucional e da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFMG também participaram de algumas dessas reuniões. Elas tiveram como principal objetivo refletir, dialogar e identificar se os dados do SIEX, sistematizados nos relatórios, retratavam a realidade da unidade, bem como se contribuía para qualificar as suas atividades de extensão.

<sup>3</sup> VASCONCELLOS, Celso dos S. *Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar*. São Paulo: Libertad, 1995.

parceiros; resultados – público alvo e produtos. Além dos relatórios específicos de cada unidade, que podem ser acessados na aba da avaliação no *site* da PROEX (<https://www.ufmg.br/proex/documentos/avaliacaodaextensao/>), utilizamos como fonte principal para a análise comparativa, os Apêndices dos Relatórios da UFMG ([2014-2017](#); [2014-2018](#); [2014-2019](#)).

Por fim, é importante observar que o procedimento proposto, assim como as análises aqui registradas estão abertos à revisão e atualização pela comunidade acadêmica. Os procedimentos de avaliação e monitoramento, bem como os seus resultados precisam ser constantemente discutidos, atualizados e modificados conforme se processam as mudanças acadêmicas, sociais e institucionais. Dessa maneira, para a DAFE, é fundamental o constante diálogo com estudantes, docentes e técnico-administrativos comprometidos com a extensão universitária enquanto espaço de formação, de produção de conhecimentos relevantes para o conjunto da sociedade e de troca de saberes entre a Universidade e outros setores da sociedade.

## 1) Distribuição das atividades por tipo e caracterização

Os dados analisados no 2º Ciclo Avaliativo das Atividades de Extensão na UFMG reforçam a presença e relevância da extensão universitária em todas as unidades acadêmicas e em outras unidades/órgãos da Universidade, assim como observado no 1º Ciclo. Os diferentes tipos de atividades de extensão (programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços) presentes na instituição, em maior ou menor frequência, confirmam a existência de **diferentes perfis da extensão dentro da UFMG**, conforme cada unidade analisada e apontam para a permanência de algumas características, mas também para a flexibilização de outras, identificada nas mudanças que serão apontadas nesta síntese.

Ao longo do último triênio, observamos novamente o **aumento do número total** de atividades de extensão da UFMG e em todas as suas modalidades. Os **projetos** de extensão permanecem como o tipo de atividade de extensão **mais frequente** na UFMG e na **maioria** das unidades, com destaque para a FACE, ARQ e MUS, unidades que no 1º Ciclo se caracterizaram por um perfil mais equilibrado e sem destaques para nenhum tipo de atividade. Dentre as demais unidades acadêmicas, quatro **não seguiram esse padrão** no 2º Ciclo Avaliativo: aquelas que mantiveram o mesmo perfil observado no 1º Ciclo - a ENG e o ICEX, na execução preponderante da prestação de serviços e a EBA, que manteve-se na oferta mais frequente de cursos de extensão. A DIR se dedicou, sobretudo, à realização de eventos de extensão.

Algumas unidades passaram a apresentar um **perfil das atividades de extensão mais equilibrado** (realização de dois tipos de atividade de extensão mais frequentes), tais como o IGC (projetos e eventos), o ICB (projeto e prestação de serviços) e a FALE (cursos e projetos). Algumas unidades possuem o **perfil mais diversificado** (contemplando as cinco atividades de extensão, sem destaque para nenhuma delas): a FAFICH, a VET e o HC.

Os dados do 2º Ciclo confirmam que na UFMG não há **um padrão de distribuição das atividades**, isto é, a extensão, nas diferentes unidades, se concretiza de várias formas e os perfis podem ser alterados em função de maior ou menor dedicação a determinada modalidade de atividade de extensão, em determinado período.

De maneira geral, a **maioria das unidades** desenvolve os **5 tipos de atividades de extensão**, porém, mais uma vez, em algumas delas foi constatada a ausência de registro de certas atividades: programas na FAFAR, assim como no 1º Ciclo, prestação

de serviços na FAE, MHNJB, ENF e MUS, sendo que nas duas primeiras unidades o registro dessa atividade também esteve ausente no 1º Ciclo. O MHNJB, igualmente, não registrou oferta de cursos. Essa caracterização indica que os perfis podem se caracterizar por certa estabilidade, mantida ao longo do tempo, o que não impede a ocorrência de mudanças, como as que já foram apontadas nesta síntese.

Do ponto de vista quantitativo, salienta-se que, a FAFAR, FACE e a ECI permaneceram como as unidades acadêmicas que reuniram o **menor número delas** no conjunto da UFMG, nos anos de 2017, 2018 e 2019, respectivamente. No entanto, todas elas ampliaram o registro quantitativo das atividades de extensão. Considerando esse crescimento em relação à própria unidade, destaca-se, por exemplo, o caso da FACE, que mais que dobrou a quantidade de atividades desenvolvidas no período analisado.

Os **Cursos de Extensão** se caracterizaram, mais uma vez, como o terceiro tipo de atividade de extensão mais frequente na UFMG, nos três anos analisados do 2º Ciclo. Somente a MED se aproximou do perfil do conjunto Universidade, isto é, uma distribuição equilibrada entre os diferentes tipos de curso, como menor frequência para aqueles voltados ao aperfeiçoamento. Várias unidades se dedicaram principalmente a um tipo de curso, tais como: Iniciação (EBA, FAE, MUS e EBAP ); Atualização (FAFICH, FAE, FAFAR); Treinamento e qualificação profissional (ICA, ENG, HC, VET, IGC e ARQ). As demais unidades apresentam distribuição equilibrada entre os cursos de iniciação e treinamento e qualificação profissional (ECI), ou deste último e atualização (EEFFTO, ENF, ICEX) e, ainda de três tipos de curso (DIR, FACE, FAO, ICB). Apenas o MHNJB não desenvolveu cursos de extensão no 2º Ciclo avaliativo.

De maneira geral, observaram-se mudanças nos perfis de oferta de cursos de diversas unidades. Dentre essas mudanças, destaca-se a diminuição da oferta de cursos de aperfeiçoamento na UFMG como um todo, mas de maneira mais significativa na FAE. A distribuição dos tipos de cursos ofertados nas várias unidades da UFMG reforça a diversidade dos perfis da extensão na Universidade.

No que tange a **modalidade dos cursos**, a grande maioria foi ofertada de forma presencial. Em relação à **gratuidade dos cursos**, ressalta-se que na maior parte das unidades, cerca de 70% ou mais dos cursos foram **ofertados sem gratuidade**. Diferentemente, no HC, ICA, MED, IGC, VET, ECI e ENF, entre 50% e 80% dos cursos foram ofertados gratuitamente. Apenas na FAE e FAFAR, na totalidade dos cursos não houve cobrança de taxas ou mensalidades.

Quanto aos **Eventos**, os Seminários e Eventos Análogos são os tipos mais frequentes em toda a UFMG e nas unidades. Além destes, existe uma quantidade expressiva de **outros** eventos desenvolvidos pelas unidades não enquadradas nas possibilidades definidas nas categorias do SIEX, que inclusive superaram o quantitativo de Seminários e Eventos análogos em 2017, reunindo, em alguns casos, cerca de 50,0% dos eventos desenvolvidos (VET, FAFAR, MHNJB e MUS). Apontamos, mais uma vez, a importância de se identificar se a opção “Outros” é assinalada em decorrência de limites na compreensão das categorias disponíveis ou se as mesmas de fato não contemplam toda a diversidade de eventos realizados na Universidade.

No que concerne à **prestação de serviços**, a EE e o ICEX se destacaram novamente como aquelas unidades que desenvolveram a maioria dessas atividades no 2º Ciclo Avaliativo, com destaque para os **serviços eventuais**. Nas demais unidades, identificou-se um **pequeno percentual** de registro de prestação de serviços (até 10% do total de ações na maioria das unidades, e entre 10% e 16% do total de ações em duas unidades). Na VET, ICB e ARQ, a quantidade de prestações de serviços variou entre 20% e 30% das atividades desenvolvidas.

## **2) Vínculo das atividades aos Programas e Projetos**

O fomento à **articulação das atividades de extensão em programas** é uma das propostas das diretrizes da extensão, favorecendo a interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (FORPROEX, 2012). Conforme a Política Nacional de Extensão, a criação de programas também pode propiciar a construção de ações mais sólidas e duradouras que, embora reúnam diferentes projetos, cursos, eventos e/ou prestação de serviços, se articulam em torno de um eixo comum.

Assim como no primeiro triênio, no 2º Ciclo Avaliativo, constatou-se que em média 67% das atividades de extensão da UFMG foram **desenvolvidas de maneira isolada**. Dentre as unidades que apresentaram o maior percentual de atividades sem vínculo aos programas ou projetos, destaca-se mais uma vez a EE e a EBA, unidades que permaneceram com o mesmo perfil de atividades do 1º Ciclo avaliativo, dedicados respectivamente à prestação de serviços e aos cursos de extensão. A maioria das unidades não apresentou mudanças significativas no perfil de vinculação das atividades, mas algumas unidades caracterizaram-se por um maior percentual de vinculação em relação ao ciclo avaliativo anterior (DIR, ICA, FALE, FAO) e, em outras, esse percentual foi reduzido (FAR, ICEX, VET).



### 3) Distribuição das atividades na Unidade e equipe

Assim como no 1º Ciclo Avaliativo, na maioria das unidades da UFMG, as atividades de extensão foram desenvolvidas, sobretudo, de maneira **vinculada aos departamentos acadêmicos**, embora tenha se observado a permanência de atividades de extensão registradas sob a responsabilidade de outros setores, tais como Diretoria, Administração Geral, CENEX ou Colegiados de Cursos. Especificamente a respeito dos departamentos acadêmicos, por meio da leitura dos perfis identifica-se o crescimento de cada departamento em relação ao conjunto da própria unidade, alguns com dedicação ampliada de maneira expressiva às atividades de extensão e outros com redução no número de registros dessas atividades. Destacam-se, nesse sentido, as unidades em que todos os departamentos acadêmicos registraram o crescimento de atividades de extensão quando comparado aos dados do 1º Ciclo Avaliativo (DIR, ARQ, FACE, ICB, FAO, VET, EEEFTO e ENF).

No que diz respeito à **distribuição geral dos membros nas equipes** das atividades de extensão na UFMG, observou-se que a composição apresentou a **mesma distribuição** ao longo dos três anos, na seguinte sequência: estudantes de graduação (cerca de 42,0%); membros externos (em torno de 22% cada); docentes (em torno de 18%); estudantes de pós-graduação (aproximadamente 12,5%) e os técnico-administrativos (por volta de 5,0%). Dentre os participantes das atividades de extensão, destaca-se a ampliação dos estudantes de pós-graduação e os membros da comunidade externa, no último caso, superando a frequência dos docentes participantes.

Em relação à participação de **pós-graduandos** nas equipes das atividades de extensão, ao longo dos três anos analisados no 1º Ciclo, algumas unidades se destacaram em termos de números absolutos quanto a essa participação (DIR, FAFICH, VET, ICB e ENF). Com exceção da primeira, as demais unidades apresentaram aumento expressivo do registro de estudantes de pós-graduação no 2º Ciclo, como segue: FAFICH (de 97 para 162), VET (de 100 para 167), ICB (de 90 para 215) e ENF (de 112 para 155).

A participação de pós-graduandos é uma possibilidade de fomentar a indissociabilidade entre pesquisa e extensão. Uma das estratégias da PROEX, em conjunto com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG), refere-se ao Edital Formação em Extensão Universitária no âmbito da Pós-graduação na UFMG (Edital/FORMEX) que apoia iniciativas “no âmbito dos colegiados de cursos de pós-graduação da UFMG

para estimular a participação integrada de estudantes de graduação e de pós-graduação [...] em programas, projetos e cursos de extensão, buscando contribuir para a sua formação acadêmica, estimular o pensamento crítico e atuação acadêmica e profissional comprometidas com a promoção da cidadania, em consonância com a função social da educação superior”. Somente os coordenadores designados pelos programas de pós-graduação podem submeter propostas ao Edital. Em contrapartida, os colegiados dos programas de pós-graduação deverão “estabelecer critérios para a integralização de créditos na pós-graduação a partir da participação em atividades de extensão”.

No que tange aos **membros externos**, observamos que algumas unidades seguiram o padrão observado no conjunto da UFMG, isto é, apresentaram uma frequência maior de participação do que os demais membros, com exceção dos graduandos, tais como a DIR, VET, MUS e quatro unidades da área da saúde - HC, MED e ENF e EEEFTO. Excetuando-se a MUS e EEEFTO, as demais unidades apresentaram esse perfil no 1º Ciclo Avaliativo. Quanto a esse aspecto, ressaltamos a importância de se identificar e acompanhar os membros externos participantes das atividades de extensão, conforme regulamentado pela Resolução n.04/2021, da Câmara de Extensão. Lembramos que a participação de colaboradores externos é bem-vinda e prevista também na Resolução n.01/2021, da Câmara de Extensão, mas conforme este documento, “a equipe executora da atividade deverá ser composta por, no mínimo,  $\frac{2}{3}$  (dois terços) de membros da comunidade universitária da UFMG” (Art.6º).

Em relação aos **docentes**, verificou-se que há unidades em que o número de professores é superior ao de graduandos, tais como o ICEX, FAE e HC. Na EE, FACE e FAR o número de docentes e estudantes de graduação são equivalentes. Pondera-se que o número maior de docentes pode ter relação, especialmente, com o não registro de discentes nas equipes das atividades, como será destacado mais à frente. Por outro lado, a preponderância de docentes em algumas unidades indica o entendimento de que as atividades de extensão podem ser desenvolvidas sem a participação de estudantes. Nesse caso, indicamos a importância de se observar que, com a aprovação da Resolução n.08/2020, todas “as atividades de extensão **devem contar** com a participação orientada de discentes da UFMG” (Art.3º).

Assim como observado no 1º Ciclo Avaliativo, nas diferentes unidades analisadas, a grande maioria dos coordenadores de atividade de extensão é docente e **coordenam mais de uma atividade de extensão**, com no máximo de até 3 atividades, em média. Essa característica indica a existência de certo padrão de comportamento dos

departamentos acadêmicos relativo à disponibilização da carga horária docente dedicada à extensão.

A respeito da **participação dos estudantes nas atividades de extensão**, destaca-se que, em 2017, 2018 e 2019, no conjunto da UFMG, cerca de 49,0% das equipes das atividades de extensão não possuíam estudantes de graduação e pós-graduação registrados. Especificamente aos estudantes de graduação, mais da metade das atividades de extensão não contaram com registros de sua participação: em 2017, 55,7% do total de 3.429 atividades; em 2018, 58% do total de 3.753 atividades; em 2019, 58,7% do total de 4.045 atividades. Mesmo para as atividades em que consta o registro de estudantes participantes nas equipes, principalmente de graduandos (bolsistas e não bolsistas), o total registrado encontra-se bastante reduzido em relação ao número de estudantes da Universidade (2017 - 15,4%; 2018 - 16,5% e 2019 - 17,2% de 33.242 alunos de graduação<sup>4</sup>). A expectativa é a de que este cenário se altere com a definição da Resolução n.08/2020 da Câmara de Extensão abordada acima e com a curricularização da extensão regulamentada como Formação em Extensão na UFMG, em 2019, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Em relação às unidades acadêmicas, observou-se que, em alguns casos, as atividades de extensão passaram a contar com um percentual maior de estudantes, tais como a DIR, FACE, FAO e ICEX que tiveram um acréscimo de cerca de 5%, com destaque para a ARQ que passou a contar com cerca de 12% de estudantes a mais no 2º Ciclo, quando comparado ao 1º Ciclo. Já em outras unidades, ao contrário, verificou-se o decréscimo na participação de estudantes, variando entre 5% e 10% a menos, diminuição identificada na ECI, FAE, ICA, ICB e MUS, como também no IGC que registrou uma redução um pouco mais acentuada (cerca de 12% a menos de estudantes).

No que diz respeito aos estudantes bolsistas, foi constatado que a maioria dos graduandos, participantes das equipes das atividades de extensão, **não recebe bolsa**. Essa situação foi agravada no período analisado, pois ao longo do tempo, percebe-se o aumento contínuo do percentual de estudantes não bolsistas, passando de 47,9%, em 2014, para 57,4% em 2019 no conjunto da UFMG. Consequentemente, verificou-se a diminuição da percentagem dos bolsistas (33,0%, em 2014 para 17,9%, em 2019). Apenas quatro unidades acadêmicas registraram o aumento da participação de estudantes bolsistas (cerca de 4% na ENG e FAR e de 10% na FACE e FALE). Nas

---

<sup>4</sup> Fonte: [UFMG em Números](#). Acesso em: 26/11/2018.

demais unidades, constatou-se a redução de cerca de 15% em média, no número de estudantes bolsistas, além da MED, ARQ, FAO e VET que tiveram uma pequena diminuição no registro de estudantes bolsistas (até 4%).

Das unidades acadêmicas em que a participação de graduandos bolsistas no 1º Ciclo avaliativo foi superior à dos não bolsistas, apenas a ECI e a FAE permaneceram com esse perfil, mesmo com a redução do percentual destacado anteriormente. A FALE também registrou um percentual de estudantes bolsistas superior ao de não bolsistas no 2º Ciclo, mas diferentemente das duas unidades destacadas, a forma de participação dos estudantes era mais equilibrada no 1º Ciclo, apresentando crescimento no último ciclo analisado.

Em relação aos servidores **Técnico-administrativos (TAE)**, a sua participação é bastante reduzida nas diferentes unidades e no conjunto da UFMG. A participação é mais frequente nas **unidades não acadêmicas**: HC e MHNJB (13,6% e 9,9% respectivamente). Em relação às unidades acadêmicas, destacam-se a ECI, VET e a FAR, unidades nas quais as equipes das atividades de extensão contam com 10,1%, 8,5% e 8,4% de TAE, nessa ordem. Entre as demais unidades, a participação dos TAE nas atividades de extensão varia entre 0,4% e 7%, com exceção da EBAP (8,2%). Apenas na FACE não há registro de TAE nas equipes extensionistas.

#### **4) Vínculo aos Editais de Fomento e políticas públicas**

Observamos, em relação ao ciclo anterior, uma pequena ampliação do percentual (variação de 5%) de atividades sem vínculo com **editais de fomento e/ou com políticas públicas**, atingindo o total de 65,8% das atividades desenvolvidas em 2019. Entre os casos onde tal vínculo é **menos frequente**, destacam-se, com mais do que 80% de atividades sem vínculo, a EE, EBA e VET e com mais 70%, a FALE, ICEX e EBAP.

Dentre as unidades que possuem maior vínculo com edital de fomento, destaca-se novamente a ECI, com pouco mais de 50% de atividades vinculadas. Em relação às **políticas públicas**, destacam-se algumas unidades que se dedicam principalmente às áreas da Saúde e Educação (FAO, ENF e FAE) e a ARQ, como aquelas com maior percentual de vinculação às políticas públicas e/ou edital de fomento e políticas públicas.

No que tange especificamente ao **Programa de Bolsas de Extensão** da PROEX - Edital PBEXT, foi verificado, especificamente no 2º Ciclo Avaliativo (esse dado não

foi apurado no 1º Ciclo) que algumas unidades acadêmicas contam principalmente com esse recurso para financiar a participação dos estudantes nas atividades de extensão, correspondendo a mais de 50,0% das bolsas concedidas no ICA, ARQ, IGC e MUS e mais de 60% na ECI e FAO. A EBA, o ICB e a MED contaram com o apoio da PROEX na concessão de cerca de 45% das bolsas de extensão para os estudantes, e a VET, ICEX e EEEFTO com 36% em média. As demais unidades registraram um percentual de até 31% de bolsas PBEXT, sendo a FACE e a FALE as únicas unidades que registraram menos de 10% de bolsas PBEXT.

### **5) Vínculo das atividades com Ensino e Pesquisa**

Ainda que cerca de 64,0% das atividades de extensão declarem possuir vínculo com o ensino e a pesquisa, indicando que o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão esteja pautando esta dimensão acadêmica na UFMG, cabe observar uma pequena diminuição da vinculação no período analisado. As atividades sem vínculo tiveram variação positiva de 55,7%, ao passo que as atividades com vínculo simultâneo com ensino e pesquisa tiveram variação de 35,7%. Destaca-se o aumento percentual das primeiras (de 18,4%, em 2014, para 20,6%, em 2019) e a conseqüente diminuição das segundas (de 66,1%, em 2014, para 64,4%, em 2019).

Da mesma forma, observa-se uma redução da vinculação nas unidades, quando comparadas com os índices do 1º Ciclo. Novamente, FAFICH, FAFAR e FALE apresentaram índices de vinculação superiores a 80,0%, assim como a Faculdade de Direito. Por sua vez, a Escola de Engenharia e o ICEX permanecem sendo as unidades que apresentaram o maior percentual de atividades de extensão sem vínculo algum com o ensino e a pesquisa (50,8% e 41,0%, respectivamente). Destaca-se o aumento de atividades sem vínculo na Escola de Veterinária, que era de 7,5%, em 2015, e passou para 30,9%, em 2018. Esse aumento das atividades desvinculadas na VET coincidiu com a ampliação das prestações de serviços, tipo de atividade que também predomina na ENG e no ICEX.

Considerando que este campo do SIEX é declarativo, é necessário compreender se e como esses vínculos com o ensino e a pesquisa se concretizam. Conforme estabelecido pela Resolução n.07/2018, de 18 de dezembro de 2018, do CNE/CES, e pela Resolução n.10/2019, de 10 de outubro de 2019, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), cada curso de graduação deverá prever a integralização do

percentual mínimo de 10% de sua carga horária total por meio da Formação em Extensão Universitária. Por isso, é necessário conhecer as relações do ensino com a extensão para evidenciar as diferentes maneiras pelas quais a Formação em Extensão está se concretizando nas unidades.

Uma possibilidade seria promover uma consulta aos/as coordenadores/as das atividades de extensão com o objetivo de identificar as diferentes maneiras pelas quais eles/as compreendem, buscam e já efetivam essa vinculação, o que poderá resultar na construção de categorias para futura inserção no SIEX. Essa consulta poderá contribuir para a compreensão a respeito da articulação das atividades de extensão com a dimensão do ensino para além das atividades formais/curriculares, tais como as disciplinas.

No que diz respeito à pesquisa, a consulta poderá evidenciar se de fato o vínculo com a pesquisa tem se concretizado de forma adequada. Adicionalmente, essa consulta poderia contribuir para a compreensão a respeito da distribuição das atividades nos departamentos acadêmicos: em que medida os departamentos que desenvolvem menos atividades de extensão tendem a desenvolver mais as outras dimensões acadêmicas da universidade? Como eles efetivam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão?

#### **6) Distribuição das atividades de extensão por área temática, área do conhecimento e linha de extensão**

A diversidade de atividades de extensão desenvolvidas na Universidade pode ser evidenciada pelo fato de que todas as áreas temáticas, definidas pela Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012), estão presentes na UFMG. Em ambos os ciclos avaliativos, as áreas preponderantes foram: Saúde (31,7%), Educação (20,5%), Tecnologia e Produção (17,2%) e Cultura (9,5%). A Saúde é a área que reúne o maior quantitativo de atividades, ao passo que a Educação é a mais recorrente nas unidades, tendo sido registrada em todas elas. Cabe lembrar que o maior quantitativo da área da Saúde se relaciona com o significativo número de docentes que a área contempla, bem como ao tamanho da Faculdade de Medicina em comparação com as outras unidades.

Em relação às unidades acadêmicas, de forma semelhante ao 1º Ciclo Avaliativo, as atividades extensionistas de algumas delas se concentram em uma determinada área temática (mais de 50%): Saúde (EEFFTO, FAFAR, ENF, ODONTO, MED, HC); Educação (EBAP, FALE, FAE); Tecnologia e Produção (ICEX, ENG);

Cultura (EBA, MUS) e Direitos Humanos e Justiça (DIR). Nas demais, observa-se uma maior diversidade de áreas temáticas.

Coerentemente com a distribuição das atividades por áreas temáticas, Ciências da Saúde é a área do conhecimento mais frequente na Universidade, agrupando cerca de 30,0% das atividades. Entre as demais áreas, verifica-se uma distribuição equilibrada entre as Ciências Humanas; Sociais Aplicadas; Linguística, Letras e Artes e Engenharias (pouco mais de 10% cada). Destaca-se que, no 2º Ciclo, as Ciências Sociais Aplicadas e as Agrárias tiveram expressivo aumento de atividades.

Também foi observada uma tendência de concentração (mais de 70,0%) das atividades em apenas uma área do conhecimento nas unidades acadêmicas. Dentre essas, apenas o IGC e a EBAP destoam deste perfil. Nas unidades não acadêmicas, há maior diversidade de áreas do conhecimento, com exceção do HC, onde predominam as Ciências da Saúde. Considera-se que a área de conhecimento é um elemento que repercute na diferença entre os perfis da extensão em cada unidade. Isso porque, tanto a própria dinâmica de cada área se constrói de maneira diferente, mas especialmente as interpretações que cada área tem com relação à extensão e suas atividades.

Todas as linhas de extensão definidas pela Política de Extensão Universitária (54 ao total) estiveram representadas no segundo triênio analisado, o que reforça a diversidade de temáticas às quais as atividades se dedicam. Têm destaque as linhas de Saúde Humana, seguida de Desenvolvimento Tecnológico e Educação Profissional.

## **7) Parcerias – existência, formas e caracterização dos parceiros**

O estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento das atividades de extensão na UFMG é frequente. Com exceção da FALE, VET, EBA e FACE, a maioria das atividades extensionistas das unidades é desenvolvida em conjunto com parceiros. Em comparação com o 1º Ciclo Avaliativo, cabe ressaltar tanto o aumento do número de unidades em que a maior parte das atividades não possui parceiros quanto a variação positiva de 81,3% de atividades sem parceiros, desenvolvidas no conjunto da UFMG. Ainda assim, o percentual de atividades que possuem ou não parceiros se manteve estável durante o período analisado (cerca de 37,0% e 62,0%, respectivamente).

Em maior ou menor grau, todas as formas de parceria estão presentes em todas as unidades. Observa-se que, de 2014 a 2019, houve diminuição de três delas: apoio logístico (-4,0%), equipamentos e/ou recursos materiais (-17,8%) e financiamento (-13,9%). Por sua vez, a assessoria/consultoria (43,2%), os recursos humanos (2,0%) e

outras formas de parceria (13,3%) registraram aumento. Sugere-se que informações adicionais sobre formas específicas de parceria, como o financiamento, sejam solicitadas para informar à Instituição, por exemplo, o montante de recursos movimentados pelas atividades desenvolvidas. Tendo em vista o cenário de cortes de recursos orçamentários, entende-se que o monitoramento dessa informação é fundamental para o acompanhamento da origem dos recursos decorrentes das atividades de extensão.

Em relação à caracterização dos parceiros, na UFMG e na maioria das unidades analisadas, predomina o estabelecimento de parcerias com Instituições da Administração Pública Direta, nas três esferas governamentais e com as Universidades Públicas, sobretudo com a própria UFMG. Ao longo dos anos, é notável o aumento das parcerias com Instituições Privadas com fins lucrativos (39,2%), sendo os maiores percentuais observados nas Escolas de Engenharia (60,1%) e Veterinária (33,5%). No que diz respeito às ONG/OSCIP, entre as unidades analisadas, o ICA e a FAFICH foram aquelas que estabeleceram a maior quantidade de parcerias com essas instituições (21,0% e 18,3%, respectivamente). Por outro lado, registra-se a diminuição de parcerias com Universidades Públicas (-20,3%), Sociedades Científicas (-12,9%), Instituições da Administração Pública Indireta (-11,0%) e Universidades Privadas (-5,3%).

Ademais, como abordado no 1º Ciclo Avaliativo e nos relatórios dos perfis, constatamos limites no registro dessas informações no SIEX. Verificou-se, por exemplo, que uma mesma instituição foi registrada de diferentes maneiras e em diferentes categorias pelos coordenadores. Além disso, observou-se que diversas instituições registradas na categoria “outros” poderiam ter sido inseridas em uma das categorias já existentes. Para fins de monitoramento e avaliação das atividades de extensão, é fundamental garantir o registro inequívoco desses dados com vistas ao aprimoramento da sistematização realizada.

## **8) Resultados – público alvo e produtos**

Em geral, a maior parte do público das atividades de extensão na UFMG é tanto interno quanto externo. Destaca-se que, em todas as unidades, o público atingido é consideravelmente menor do que o público estimado. Como apontado no 1º Ciclo Avaliativo, “a diferença observada talvez possa ser explicada pelo fato de o público ser estimado para o período total de realização da ação de extensão e o público atingido ser atualizado de maneira parcial e periodicamente” (DAEXT, 2018, p.25). Por isso, reitera-



se a necessidade de um campo no SIEX que permita ao/a coordenador/a inserir o período estimado de atendimento ao público.

Considerando que a extensão universitária pressupõe o diálogo e a atuação conjunta com outros setores da sociedade, é imprescindível conhecer o alcance das atividades em termos de público. Sendo assim, a ausência de registro do público atingido foi constatada em várias atividades e demanda a orientação e o acompanhamento constante por parte dos CENEX em relação aos processos de atualização e conclusão dos registros das atividades de extensão.

Em todas as unidades, o público alvo estimado é tanto interno quanto externo. Da mesma forma, em várias unidades, há algumas atividades que focam exclusivamente o público interno, com exceção da EBAP e da Escola de Música. Como mencionado no 1º Ciclo, uma vez que a extensão universitária pressupõe o diálogo e a interlocução com outros setores da sociedade, se faz necessária a realização de um estudo com o objetivo de identificar qual seria o perfil das atividades de extensão “para dentro”.

Assim como no 1º Ciclo Avaliativo, foi necessário realizar, junto ao SIEX, a partir da consulta a cada registro de atividade de extensão, o levantamento da descrição do público alvo pelos coordenadores. Com base nesse levantamento, realizamos um processo de categorização do campo descritivo - público alvo - preenchido pelos coordenadores/as. Embora esse procedimento tenha sido realizado (não sem alguns equívocos, sobretudo, pelo desconhecimento a respeito das nomeações com que cada área opera para identificar seus públicos), o mesmo resultou na explicitação da diversidade de públicos contemplados pelas atividades de extensão da UFMG (comunidade acadêmica, comunidade escolar, setor público, organizações privadas com fins lucrativos, organizações do terceiro setor, usuários dos serviços de saúde, profissionais diversos, comunidades rurais, povos tradicionais, população em geral, etc.).

A partir desse trabalho de categorização, foi possível identificar diferentes interlocutores das atividades de extensão, especialmente, sujeitos comuns em atividades de unidades e setores diferentes. Esse dado nos faz refletir sobre a possibilidade da ampliação do trabalho em rede que a PROEX já desenvolve, uma vez que permitiria a integração de atividades diferentes, mas que contemplam o mesmo público. Esse aspecto certamente favorecerá a constituição de articulações interdisciplinares e interprofissionais, como apontam as diretrizes da extensão.

Entretanto, a partir desse exercício de categorização, identificamos a necessidade de se construir categorias a serem inseridas no SIEX que possibilitem que os próprios coordenadores categorizem seus interlocutores e, posteriormente, permitam a extração de dados do sistema de maneira automática para a construção de relatórios. As discussões com a Câmara de Extensão e os CENEX das várias unidades serão fundamentais para construirmos uma proposta que contemple, de maneira mais fidedigna possível, a forma como cada área identifica o seu público. Acredita-se que esse diálogo também poderá favorecer a percepção de como as unidades se relacionam com os diferentes públicos (alvo, beneficiário, parceiro, interlocutor, etc.).

Em relação aos produtos elaborados no âmbito das atividades de extensão, chama atenção a sua diversidade. Dentre eles, destacam-se os trabalhos apresentados em eventos acadêmicos/científicos e produtos audiovisuais. Vale ressaltar que os trabalhos apresentados em eventos acadêmicos/científicos foram desenvolvidos em todas as unidades, o que pode ser explicado pela obrigatoriedade de os bolsistas de extensão apresentarem este tipo de trabalho na Semana do Conhecimento da Universidade.

Por outro lado, no período analisado, houve redução do número de produtos registrados (de 3.140, em 2014, para 2.771, em 2019). Este dado demanda atenção no sentido de identificar se a diminuição está relacionada à ausência de registro dos produtos elaborados. Entende-se que a qualificação dos registros deve ser uma preocupação constante dos CENEX e coordenadores/as de atividade de extensão, uma vez que apenas os registros adequados dos produtos permitirão a construção de indicadores e a sua valorização e inclusão, por exemplo, nos cálculos para distribuição de recursos e progressão na carreira docente.

É fundamental que a discussão sobre os produtos da extensão abarque a importância de se valorizar a multiplicidade de produtos desenvolvidos, para além daqueles tradicionalmente considerados ou legitimamente reconhecidos no ambiente acadêmico, como artigos e capítulos de livros, por exemplo. Além disso, é importante considerar que nem todos os resultados das atividades são mensuráveis. No Formulário de Avaliação preenchido pelos bolsistas participantes das atividades de extensão contempladas pelos Editais da PROEX, quando questionados sobre os objetivos da extensão, os bolsistas afirmaram que a extensão contribuiu para a “melhorar a formação” ou proporcionou “mudança pessoal”. Nesse sentido, a inter-relação entre produtos e resultados pode ser uma possibilidade de construção para ampliarmos o olhar sobre a avaliação da extensão.

Ainda que a Diretoria de Apoio à Gestão (DAGE) trabalhe intensamente junto aos CENEX, com vistas à qualificação dos registros de resultados, observa-se que em vários registros das atividades de extensão ainda não constam essas informações. Esse dado reitera a observação sobre a necessidade de investimento permanente na qualificação desses registros. Considera-se que esta lacuna limita a construção de procedimentos de monitoramento e avaliação da extensão na UFMG que englobem os resultados qualitativos das ações (no que diz respeito aos seus objetivos).

Finalmente, refletimos que a discussão sobre o público alvo remete à própria nomeação da categoria. Apontamos que a nomeação tende a não contemplar os pressupostos do conceito de extensão e da Política Nacional de Extensão Universitária, pois a expressão “público alvo” pode estar sendo interpretada como um conjunto de sujeitos passivos que são atingidos por determinada atividade. Ao contrário, a extensão busca considerar os sujeitos como interlocutores ativos no processo de construção do conhecimento. Pensar os sujeitos como “público alvo” de certa maneira vai contra a própria diretriz da interação dialógica que trata do “diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais” (FORPROEX, 2012). A reflexão sobre a nomeação é relevante, pois “as palavras produzem sentido, criam realidades e, às vezes, funcionam como potentes mecanismos de subjetivação (...). As palavras determinam nosso pensamento porque não pensamos com pensamentos, mas com palavras (...)” (BONDÍA, 2002, p.21). Por outro lado, a alteração da nomeação não é suficiente se, na prática, o público ainda for identificado em uma concepção mais restrita.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A elaboração do 2º Documento Síntese dos Perfis da Extensão na UFMG e nas unidades reforça a perspectiva de que esse processo se configura como um importante instrumento de avaliação, **estruturante para os demais procedimentos desenvolvidos pela DAFE**. Reiteramos que “os perfis possibilitam dimensionar todas as ações de extensão que são desenvolvidas na UFMG (registradas), perceber a singularidade de cada unidade, bem como as similitudes e diferenças entre elas e refletir sobre o que é necessário fomentar e (re)construir na Universidade”.

Como principais aspectos sistematizados nesta síntese, destacamos a **permanência dos perfis de**: i) tipos de atividades desenvolvidas na UFMG e suas unidades; ii) distribuição dos membros nas equipes; iii) atividades desenvolvidas vinculadas a departamentos acadêmicos; iv) distribuição de atividades por área do conhecimento e área temática; v) atividades desenvolvidas em conjunto com parceiros; e vi) tipo de público das atividades.

Dentre as **mudanças mais marcantes** estão o aumento expressivo de estudantes da pós-graduação em algumas unidades; a redução do percentual de estudantes bolsistas, da vinculação com Ensino e Pesquisa, e de produtos registrados; pequena ampliação de atividades sem vínculo com editais de fomento e/ou políticas públicas; notável aumento de parcerias com Instituições privadas com fins lucrativos. Registra-se também a inclusão de dois **novos dados**, não sistematizados no 1º Ciclo: o quantitativo de atividades sem registro de estudantes, que evidenciou percentuais elevados nesse sentido, e as modalidades de bolsas de extensão, com destaque para as Bolsas PBEXT.

Para a continuidade do trabalho relativo à realização do 3º Ciclo Avaliativo dos Perfis da Extensão na UFMG serão considerados os dados do triênio 2020-2021-2022 de todas as unidades acadêmicas. Consideramos fundamental estabelecer essa linha de base para posterior comparação com o período subsequente à pandemia da COVID 2019, à implementação das novas resoluções da extensão universitária na UFMG, tais como aquela que regulamentou a Formação Extensão na Universidade (Resolução n.1/2019 do CEPE). Quanto ao levantamento e sistematização dos dados, os Perfis serão compostos por aqueles extraídos diretamente do SIEX (relatórios já programados).

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação, 2002. p.20-28.

BRASIL. Resolução n.07 de 18 de dezembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação. *Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências*. Ministério da Educação, Câmara de Educação Superior do CNE. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n.243, p.49-50, 19 dez.2018.

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO (DAEXT). Pró-Reitoria de Extensão da UFMG. *Documento Síntese do 1º Ciclo Avaliativo do Perfil das Ações de Extensão na UFMG (2014-2016)*. Belo Horizonte, 2018. Disponível em <https://www.ufmg.br/proex/wp-content/uploads/2021/12/Documento-sintese-1o-Ciclo-versao-final.pdf>.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). *Política Nacional de Extensão Universitária*. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012 (Coleção Extensão Universitária; v. 7).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Resolução n.10, de 10 de outubro de 2019. *Estabelece diretrizes curriculares para a integralização de atividades acadêmicas curriculares de Formação em Extensão Universitária nos cursos de graduação da UFMG e revoga a Resolução CEPE n.12/2015, de 22 de setembro de 2015*. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

\_\_\_\_\_. Resolução n.08, de 05 de novembro de 2020. *Regulamenta as atividades de extensão na UFMG e revoga a Resolução n.03/2016, de 12 de abril de 2016*. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

\_\_\_\_\_. Resolução n.01, de vinte e oito de janeiro de 2021. *Regulamenta a apresentação de propostas de atividades de extensão na Universidade Federal de Minas Gerais e a respectiva certificação de participação e revoga a Resolução n.03/2016 de 17 de maio de 2016*. Câmara de Extensão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

\_\_\_\_\_. Resolução n.04, de 01 julho de 2021. *Regulamenta as normas para a formalização da participação de colaborador voluntário externo em atividades de extensão da UFMG e revoga a Resolução n.02/2021, de 28 de janeiro de 2021*. Câmara de Extensão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.